



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL**

**RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
Comarca/Juízo: COMARCA DE BAIÃO
Polo/Região Judiciária: Cametá
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO

<b>EDITAL DE CORREIÇÃO</b>
Data da publicação: 02/2024-CGJ publicado em 23.02.2024
Data da abertura da correição: 04.04.2023
Data do encerramento da correição: 04.04.2024
Observações:

<b>DADOS GERAIS DA SERVENTIA</b>	
Nome oficial da serventia: <b>CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE BAIÃO</b>	
Código Nacional da Serventia (CNS): 06.758-7	CNPJ: 40.190.823/0001-68
Endereço: AV DR GETULIO VARGAS, 535, CENTRO, BAIÃO - PA	
Telefone fixo: 91-98431 1567	Celular: 94-98113 2807
e-mail: cartorio.baiao@hotmail.com	Celular Plantão (RCPN): 91-98431 1567
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
(X) Tabelionato de Notas (X) Tabelionato de Protesto (X) Registro de Imóveis (X) Registro de Títulos e Documentos	(X) Registro Civil das Pessoas Naturais (X) Registro Civil das Pessoas Jurídicas ( ) Registro de Distribuição

**DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)</b>	
<b><u>Nome do(a) Responsável pelo Cartório:</u> KATIA BORGES LIRA</b>	
Status do(a) responsável: (X) Titular ( ) Interino(a) ( ) Interventor(a)	CPF: 009.042.851-03
Endereço: RUA SAO FRANCISCO 150, SAO FRANCISCO BAIAO – PA, CEP: 68.465-000	Ato de nomeação: 502-2020 Data da posse / exercício: 12.02.2020
Telefones: 94-98113 2807	E-mail: katiaborgess@hotmail.com



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL</b>	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: HELENA SOUSA FEITOSA	
CPF: 675.669.012-49	Portaria de designação: 01-2020
Endereço: Travessa São Raimundo, nº 49, Centro, Baião - PA, CEP nº 68.465-000	Telefones: <b>91-98432 9490</b> E-mail: helena_odair@hotmail.com
<b>1</b>	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo:  observações/Providências Apresentada em correição – encaminhar via PDF
<b>PREPOSTOS</b>	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
<b>2</b>	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>3</b>	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>4</b>	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências: Portarias apresentadas em correição – Apresentar em PDF
<b>CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO</b>	
<b>5</b>	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispondo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências: A serventia funciona em casa térrea, toda reformada e adaptada ao serviço notarial e registral, apresentando aspecto de organização e limpeza.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>6</b>	<p>O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>7</b>	<p>Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>8</b>	<p>Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>9</b>	<p>Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Determinação: (1) Falta alvará dos bombeiros e Prefeitura, ou apresentar justificativa; (2) Possui um unico extintor na serventia. Recomendação: providenciar mais um extintor no aquivo, próximo à copa.</p>
<b>10</b>	<p>As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: possui rampa de acesso. Todavia o banheiro não possui acessibilidade plena para cadeirantes.</p>
<b>12</b>	<p>O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: possui climatização, bebedouro e balcão preferencial. Constatou-se contudo apenas 06 (cadeiras) para espera o que pareceu reduzido para o porte da serventia</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>13</b>	As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>14</b>	Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO</b>	
<b>15</b>	O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências: Não houve reclamação por ocasião da correição.
<b>16</b>	Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências: residente na comarca.
<b>17</b>	A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências: Qual o horário de atendimento é de 08:00h as 12:00h e de 14:00h as 18:00h.
<b>18</b>	Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências: na percepção do colaborador, e com balcão identificado de preferência.
<b>19</b>	Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências: As senhas são manuais.
<b>20</b>	O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências: Em parte, quanto aos escreventes é suficiente, todavia o número de digitadores é insuficiente, tendo a titular a intenção de contratar dois estagiário.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>21</b>	<p>As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>22</b>	<p>É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: automatizado com a impresso em papel térmico.</p>
<b>23</b>	<p>O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não se formou filas no momento da correição.</p>
<b>24</b>	<p>São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: pesquisa na rede mundial de computadores.</p>
<b>25</b>	<p>As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Uma unica vez feita pelo PJE.</p>
<b>26</b>	<p>A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>27</b>	<p>Existem práticas viciosas a serem coibidas? ( ) SIM    (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve reclamação por ocasião da correição.</p>
<b>DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO</b>	
<b>28</b>	<p>Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve reclamação por ocasião da correição.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>29</b>	<p>Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia está bem estruturada, com bom armazenamento dos livros. Contudo, verificou-se a existência de livros antigos absolutamente deteriorados, que necessitam de imediato tratamento por parte da nova titular da serventia com a contratação de empresa de restauração, em especial dois livros apontados, sendo um de Registro Civil e outro de cédulas de Crédito em avançado estado de deterioração.</p>
<b>30</b>	<p>Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Possuem back up da empresa TRI7 feito diariamente uma vez ao dia (20:00); existe ainda o back up da empresa Belém Net tecnologia, além do físico feito no HD externo, e outro no Onedrive automaticamente as 20:00h.</p>
<b>31</b>	<p>Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A substituta é pedagoga, mas trabalha há 20 anos em cartório.</p>
<b>32</b>	<p>Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>33</b>	<p>Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>34</b>	<p>Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correções (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>35</b>	<p>Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Falta visto na receita do ano de 2022 e 2023, estão com a Juíza para assinatura. Os livros estão escriturados de forma correta, permitindo a identificação do ato.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>36</b>	<p>Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? (X) SIM    ( ) NÃO    ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Não utiliza o livro de depósito prévio. Todo dinheiro recebido. Existe um sistema de abertura de OS de crédito, mas que não pode ser verificado em correição em razão da ausência de energia elétrica.</p> <p>DETERMINAÇÃO: Apresentar o saldo de depósito prévio no período de 2023.</p>
<b>37</b>	<p>O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>38</b>	<p>O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>39</b>	<p>A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determina o Provimento nº 149/2023 (art. 149) do CNJ? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia opera com o sistema Tri7 e todos os atos são realizados neste sistema.</p>
<b>40</b>	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) ( ) SIM    (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: apenas para a realização de serviços R\$ 0,50. No entanto, para imprimir CPF, é cobrado o valor de R\$ 7,00, o que não pode se considerar um valor módico.</p>
<b>DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS</b>	
<b>41</b>	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sistema Tri7.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>42</b>	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ocorreu uma notificação recente da Seplan, acerca de uma quebra de sequência de selos que está recebendo o tratamento devido pela serventia.</p>
<b>43</b>	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento). (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: sim.</p>
<b>44</b>	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>45</b>	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>46</b>	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O envio é automático, 04 (quatro) horas após o ato. DETERMINAÇÃO: O envio deve ser imediato após a prática do ato.</p>
<b>47</b>	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Está em fase de resposta em relação aos selos não utilizados. São diversos selos pendentes e que precisam de regularização. Foi encaminhado via e-mail o relatório situacional formulado pela SEPLAN.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>48</b>	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ)</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Todos os físicos não utilizados foram devolvidos</p>
<b>49</b>	<p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação)</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Está sendo feito dentro do sistema de arrecadação</p>
<b>50</b>	<p>A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar)</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>51</b>	<p>A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Como selo digital, este ato é obrigatório.</p>
<b>52</b>	<p>Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total).</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Consta correto na verificação por amostragem.</p>
<b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b>	
<b>53</b>	<p>Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI?</p> <p>( ) SIM    ( ) NÃO    (X) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Serventia provida por concurso público</p>
<b>54</b>	<p>Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os meses em aberto de novembro e dezembro foi solicitado parcelamento. Determinação: providenciar a regularização no prazo de 15 (quinze) dias.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>55</b>	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências apresentar à Corregedoria por escrito a situação.</p>
<b>56</b>	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentada em Correição.</p>
<b>57</b>	<p>Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentou a guia de FGTS, todavia não possui pagamento de previdência de seus servidores. DETERMINAÇÃO: efetuar a regularização de todos os seus colaboradores imediatamente, com o efetivo recolhimento das parcelas previdenciárias, apresentando comprovação para a Corregedoria. Prazo: imediato</p>
<b>58</b>	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Certidão Positiva – apresentar justificativa</p>
<b>59</b>	<p>Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentada em Correição.</p>
<b>60</b>	<p>Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Certidão Positiva Determinação: apresentar à Corregedoria por escrito a situação.</p>
<b>61</b>	<p>Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA</b>	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>62</b>	<p>O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta?" (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Utilizam o Siscoaf.</p>
<b>63</b>	<p>Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>64</b>	<p>O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) ( ) SIM (X) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Providenciar a comunicação havendo ou não havendo no sistema SIAE na barra específica.</p>
<b>65</b>	<p>O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Nunca receberam requisições.</p>
<b>66</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput) (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Via sistema eletrônico Tri7</p>
<b>67</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ? (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Via sistema eletrônico Tri7</p>
<b>68</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ? (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Via sistema eletrônico Tri7</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)</b>	
<b>69</b>	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? (X) SIM    () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Laudo Técnico em anexo.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	<p>Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe? ( ) classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre) ( ) classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre) (X) classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre) OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça</p> <p>Possui rede elétrica devidamente aterrada? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observação: Todavia há uma instabilidade de energia elétrica na cidade com quedas recorrentes de energia, tal como ocorreu por ocasião da correição, onde ficamos horas sem acesso à internet.</p>
70	<p>Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos? ( ) SIM (X) NÃO Observação: Possui nobreak domiciliar, sem capacidade de manutenção da serventia tal qual ocorre por ocasião da correição.</p> <p><b>DETERMINAÇÃO: CRIAR SISTEMA DE NOBREAK EFICIENTE, UMA VEZ QUE A SERVENTIA FICOU SEM ENERGIA A MANHÃ TODA, ATRAPALHANDO O SERVIÇO DA SERVENTIA E DA CORREIÇÃO.</b></p> <p>Link de comunicação de dados megabits:* ( ) 2 Megabits ( ) 5 Megabits (X) 10 Megabits ( ) Mais de 10 Megabits Observação:</p> <p>Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observação: Falta colocar porta com chave</p> <p>Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem? (X) SIM ( ) NÃO Observação:</p> <p>Possui dispositivo de armazenamento (storage): ( ) inexistente (X) físico (X); virtual Observação:</p> <p>Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)? (X) SIM ( ) NÃO Observação:</p> <p>Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal? ( ) SIM (X) NÃO Observação: Está em fase de cotação.</p> <p><b>DETERMINAÇÃO: PROVIDENCIAR POIS, POR OCASIÃO DA CORREIÇÃO, A ENERGIA FALTOU E O SERVIÇO NÃO CONSEGUIU VOLTAR A ATIVIDADE EM TEMPO RAZOÁVEL</b></p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	<p>Possui impressoras e scanners (multifuncionais)? <input checked="" type="checkbox"/> SIM ( ) NÃO Quantos? (especificar) 03 Observação:</p> <p>Possui switch para a conexão de equipamentos internos? <input checked="" type="checkbox"/> SIM ( ) NÃO Observação:</p> <p>Possui roteador para controlar conexões internas e externas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM ( ) NÃO Observação:</p> <p>Possui softwares licenciados para uso comercial? <input checked="" type="checkbox"/> SIM ( ) NÃO. Especificar Observação: TRI7, Microsoft</p> <p>Possui software antivírus e antissequestro? <input checked="" type="checkbox"/> SIM ( ) NÃO Observação: Em fase de cotação um antivírus melhor</p> <p>Possui firewall? ( ) SIM (X) NÃO Observação: PROVIDENCIAR</p> <p>Possui proxy? ( ) SIM (X) NÃO Observação: Está em fase de cotação.</p> <p>Possui banco de dados? <input checked="" type="checkbox"/> SIM ( ) NÃO Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? Observação: EMPRESA TERCEIRIZADA</p> <p>Ocorre que, por ocasião da correição, todo o problema de energia, não havia técnico disponível para colocar o servidor em funcionamento imediato</p>
<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ N° 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD</b>	
<b>71</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os arquivos agora são por protocolo, mudando ate a forma de arquivamento. Não possui um fluxo</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>72</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Providenciar exposição da política de dados. Prazo: IMEDIATO.</p>
<b>73</b>	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A encarregada é a substituta HELENA. Falta providenciar a divulgação do contato da encarregada.</p>
<b>74</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Providenciar: prazo imediato</p>
<b>75</b>	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ</b> <b>(SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)</b>	
<b>76</b>	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023) (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentar em PDF</p>
<b>TÓPICO DE ENCERRAMENTO</b>	
<b>78</b>	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente, os dados do registro civil ainda estão sendo alimentados dentro do CRC Nacional. Falta de encaminhamento de DOI. Ausente alimentação das informações antes de 2022 no CENSEC.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**FORMULÁRIO II - REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS**

<b>REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS</b>	
<b>1</b>	<p>Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>2</b>	<p>Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? ( ) SIM    ( X ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Livro B – 4 tem dois termos de abertura: um do oficial antigo, datado de 2017, e outro da atual titular, de 12.02.2020. Ocorre que os primeiros atos do livro foram lavrados em 2017, portanto, o segundo termo está errado.</p> <p>No assento 1047, folha 19, do mesmo livro consta o assento de casamento de Dorimar Freitas e Ana Celia Caldas, com um bilhete de pendência de averbação de divórcio e novo casamento, mas não consta essa averbação. Ainda, o livro B-4 não está rubricado.</p> <p>O livro C-4 tem o termo de abertura datado de 12.02.2020, mas o primeiro assento lavrado é de 04 de maio de 2020. O livro C-03 foi utilizado até 09.04.2020, sendo este o último assento (folha 130, nº de ordem 2145). Ainda, o livro não foi encerrado. O livro 4 não foi rubricado.</p> <p>Livro A-30 não tem termo de abertura e de encerramento (o livro já está encerrado). Vários assentos de nascimento estão sem a assinatura da registradora ou da substituta.</p>
<b>3</b>	<p>São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: via CRC</p>
<b>4</b>	<p>São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? ( ) SIM    ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: na consulta feita por amostragem, foi identificada averbação pendente, sinalizada por bilhete colocado na folha do livro (situação descrita no item 2)</p>
<b>5</b>	<p>Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: e-proclamas e mural do cartório</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>6</b>	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D – de registro de proclamas”, prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73? ( X ) SIM    (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>7</b>	<p>Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração? (X) SIM    (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Adriane de Jesus Ramos Pessoa. Remuneração é paga pela Oficial</p>
<b>8</b>	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM    (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: na consulta feita por amostragem, não foi identificado assento de nascimento lavrado em inobservância do princípio da territorialidade</p>
<b>9</b>	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM    (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: na consulta feita por amostragem, não foi identificado assento de casamento lavrado em inobservância do princípio da territorialidade</p>
<b>10</b>	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cujus</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM    (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: na consulta feita por amostragem, não foi identificado assento de óbito lavrado em inobservância do princípio da territorialidade</p>
<b>11</b>	<p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impressão datiloscópica e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistadas pelo Oficial e demais requisitos do Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça? (X) SIM    (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>12</b>	<p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92? (X) SIM    (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: existe um termo que a mãe assina declarando quem é o suposto pai e o documento é encaminhado ao Fórum, pelo PJE</p> <p>Deve ser orientada a encaminhar pelo Sistema PJE, assim como todos os demais procedimentos de consulta e dúvida.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	(classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade)
<b>13</b>	<p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 149/2023 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja autenticidade possa ser verificada; (X) SIM ( ) NÃO</li><li>- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual (X) SIM ( ) NÃO</li></ul> <p>Observações/Providências:</p>
<b>15</b>	<p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: fica um funcionário de sobreaviso. O número de telefone está disponibilizado na frente da serventia.</p>
<b>17</b>	<p>Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>18</b>	<p>Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>19</b>	<p>Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 149/2023 -CNJ?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>20</b>	<p>Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017- CNJ e Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>21</b>	<p>A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: encaminha ao MP</p>
<b>22</b>	<p>São atendidas as determinações do Provimento nº 149/2023 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>23</b>	<p>O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente, nos termos do Ofício nº 011/2023 - Cartório Único, no bojo do PJECor nº 0000853-16.2023.2.00.0814, a Oficial já apresentou a Corregedoria um cronograma de alimentação do CRC-SIRC, que está em fase de implantação.</p>
<b>24</b>	<p>São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>25</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências: Em andamento o cronograma de alimentação do SIRC-CRC.
<b>26</b>	A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 149/2023-CNJ que trata sobre o cadastro, no Justiça Aberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências: Não há unidade interligada no Município.

**FORMULÁRIO III – TABELIONATO DE NOTAS**

<b>TABELIONATO DE NOTAS</b>	
<b>1</b>	A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências: Foi identificado que muitos livros não têm suas folhas rubricadas. Além disso, existem muitos versos de folhas em branco, que devem ser inutilizadas
<b>2</b>	Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>3</b>	Mantém fichário de cartões de autógrafo? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>4</b>	No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>5</b>	É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>6</b>	<p>Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>7</b>	<p>O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>8</b>	<p>Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>9</b>	<p>A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>10</b>	<p>A Serventia já instituiu a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Acervo alimentado de 2022 a 2024.</p>
<b>12</b>	<p>Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que praticarem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: a substituta informou que não abre cartões de assinatura nesses casos.</p>
<b>13</b>	<p>O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI)? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>14</b>	<p>O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ)</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>15</b>	<p>Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil,</p> <p>( ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: possui o livro, mas nunca lavrou testamento</p>
<b>16</b>	<p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º)</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>17</b>	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ausente alimentação das informações antes de 2022. Oficial requereu prazo para finalização da digitação dos dados do acervo de Notas no CENSEC.</p>
<b>18</b>	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>19</b>	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>20</b>	<p>Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74?</p> <p>( ) SIM    (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>21</b>	<p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: modulo fiscal região 4ha</p>
<b>22</b>	<p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: existem registros de imóveis registrados de imoveis menores que 125 m2, registrados a partir de títulos emitidos pela Prefeitura de Baião</p>
<b>23</b>	<p>Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>24</b>	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>25</b>	<p>Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) 03.04.2024</p> <p>Observações/Providências:</p>

**FORMULÁRIO IV - TABELIONATO DE PROTESTOS**

<b>TABELIONATO DO PROTESTO DE TÍTULOS</b>	
<b>1</b>	<p>Os títulos e documentos de dívida recepcionados, apresentados ou distribuídos no horário regulamentar são protocolizados dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo à ordem cronológica da entrega (art. 8º da Lei 9492/97)? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>2</b>	<p>Os protestos são registrados no prazo legal, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante com as informações exigidas pelo art. 20 da Lei 9437/97? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>3</b>	<p>As importâncias referentes a títulos resgatados são imediatamente entregues a quem de direito (1º dia útil subsequente ao pagamento)? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: recebem no balcão ou via pix. Após, solicitam o boleto para repasse.</p>
<b>4</b>	<p>O registro do protesto e seu instrumento contêm todos os requisitos legais, consoante o disposto no art. 22 da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>5</b>	<p>Os documentos que instruem os atos praticados são mantidos em arquivo, consoante o disposto no art. 35 da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: tudo consta no sistema, mas escritura fisicamente todos os livros.</p>
<b>6</b>	<p>O Livro de Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>7</b>	<p>A escrituração do livro de Protocolo é encerrada diariamente, constando do termo de encerramento o número de documentos apresentados no dia, sendo a data da protocolização a mesma do termo diário do encerramento, consoante o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>8</b>	<p>O Livro de Registros de Protestos existe (na forma física ou por meio eletrônico, art. 35, §2º, da Lei Federal 9.492/97) e sua escrituração está formalmente regular? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>9</b>	<p>É exigido o reconhecimento de firma nas declarações de anuência para cancelamentos de registro de protesto, conforme o disposto no art. 26, §1º, da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: quando vem fisicamente, sim.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>10</b>	<p>Os cancelamentos de registro de protesto encontram-se devidamente assinados pelo Tabelião Titular, seus Substitutos ou Escreventes Autorizados, conforme art. 26, §5º, da Lei Federal 9.492/97?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal 9.492/97, podendo ser elaborados pelo sistema de fichas, microfichas ou banco eletrônico de dados?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>12</b>	<p>A localização dos registros de protestos e seu cancelamento nos índices são feitos de forma rápida e confiável?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: existe arquivo, mas foi recomendado que mantivesse atualizada a coluna anotações do livro de apontamento</p>
<b>13</b>	<p>As intimações são feitas de modo que o recebimento fique assegurado e comprovado por meio de protocolo, aviso de recebimento – AR ou documento equivalente?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: em mãos, whatsapp ou por edital colocado no mural da serventia</p>
<b>14</b>	<p>São mantidos devidamente arquivados os mandados judiciais de sustação de protesto, com os respectivos documentos, até o trânsito em julgado da respectiva lide?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: arquiva em pasta, junto com os cancelamentos</p>
<b>15</b>	<p>O tabelião cumpre o art. 179 do Prov. CNJ n. 149/2023, o qual estabelece que “Não se negará a realização de ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos, estipulados no presente Código”?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao acesso às informações sobre quaisquer protestos válidos lavrados pelos Tabeliães de Protesto de Títulos dos Estados ou do Distrito Federal? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>17</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à consulta gratuita às informações indicativas da existência ou inexistência de protesto, respectivos tabelionatos e valor? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( ) SIM    ( X ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>18</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de informação complementar acerca da existência de protesto e sobre dados ou elementos do registro, quando o interessado dispensar a certidão? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>19</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de instrumentos de protesto em meio eletrônico? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>20</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de declaração eletrônica de anuência para fins de cancelamento de protesto? CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>21</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de requerimento eletrônico de cancelamento de protesto? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>22</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de títulos e documentos de dívida, em meio eletrônico, para fins de protesto, encaminhados por órgãos do Poder Judiciário, procuradorias, advogados e apresentantes cadastrados? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>23</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de pedidos de certidão de protesto e de cancelamento e disponibilização da certidão eletrônica? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**FORMULÁRIO V - RTD/RCPJ**

<b>REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	
<b>1</b>	<p>O Livro "A" Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o art. 135 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>2</b>	<p>Na escrituração do Livro "A" Protocolo são observados todos os requisitos previstos art. 146 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>3</b>	<p>3. A escrituração do Livro "A" Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 150, parágrafo único e art. 154 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: faltam, no livro em uso as folhas referentes ao período de 30.12.2023 a 11.01.2024. Deve conferir se realmente não houve algum registro nesse período (o ultimo em 20.12 havia sido o 785 e o de 12.01 foi o 786)</p>
<b>4</b>	<p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos atos de seu ofício?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>5</b>	<p>São anotadas no Livro de Protocolo, depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, as referências ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro ou a averbação, no livro respectivo, conforme previsto nos art. 135, parágrafo único, c/c art. 149, ambos da Lei Federal nº 6.015/73?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>6</b>	<p>É observada a competência do Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, abstendo-se a serventia de registrar atos constitutivos de sociedade empresária, nos termos do art. 1.150 do Código Civil?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>7</b>	<p>Nos casos de documento que contenha obra intelectual, o usuário é orientado a proceder ao registro na forma dos arts. 17 a 20 da Lei Federal 5.988/73, para garantia dos direitos sobre a respectiva propriedade?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>8</b>	<p>São lavrados nas colunas das anotações no livro competente, à margem dos respectivos registros os certificados de notificação ou da entrega de registros, conforme o disposto no art. 160, §1º, da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( ) SIM    (x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: para encontrar, localiza o numero do protocolo e verifica a via digitalizada do documento que se encontra em rede.</p>
<b>9</b>	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D” Indicador Pessoal (art. 132, inciso IV, e art. 138 da Lei Federal 6.015/73)?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: apenas no sistema</p>
<b>10</b>	<p>Na escrituração do “Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias” são observados todos os requisitos previstos nos arts. 122, 123 e 126 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: não há registros</p>
<b>11</b>	<p>Para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos são observados todos os requisitos previstos no art. 120 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: nunca realizou, nessa gestão. Acredita que tenha registro de partido político, mas antigo.</p>
<b>12</b>	<p>Como são mantidos os arquivos dos exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou averbados? são arquivados e encadernados por períodos certos (mês, bimestre, trimestre, semestre, ano), acompanhados de índice que facilite a busca e o exame?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: arquivava, mas não divide por período de tempo, e sim na pasta do respectivo registro</p>
<b>13</b>	<p>A serventia possui todos os livros próprios das atribuições de RTD/RCPJ, conforme legislação em vigor?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto ao intercâmbio de documentos eletrônicos e de informações? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p>( ) SIM    (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>15</b>	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção e o envio de títulos em formato eletrônico? (Prov. CNJ 149/2023) ( ) SIM (X) NÃO  Observações/Providências:
<b>16</b>	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a expedição de certidões e a prestação de informações? (Prov. CNJ 149/2023) ( ) SIM (X) NÃO  Observações/Providências:
<b>17</b>	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a formação de repositórios registrais eletrônicos para o acolhimento de dados e o armazenamento de documentos? (Prov. CNJ 149/2023) ( ) SIM (X) NÃO  Observações/Providências:
<b>18</b>	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção de títulos em formato físico para fins de inserção no próprio sistema e envio para cartório de outra comarca? (Prov. CNJ 149/2023) ( ) SIM (X) NÃO  Observações/Providências:
<b>19</b>	A serventia está cumprindo a Orientação Institucional nº 002/2023 do IRTDPJ (obrigatoriedade de adesão à Redesim), disponibilizada para todos os cartórios do Estado do Pará a partir de novembro/2023? * Item inserido para as Correições em 2024 por força de Decisão/Ofício Circular expedida no PJECor nº 0004223-03.2023.2.00.0814 ( ) SIM (X) NÃO  Observações/Providências: Ainda em fase de integração.

**FORMULÁRIO VI – REGISTRO DE IMÓVEIS**

<b>REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS</b>	
<b>1</b>	Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto no art. 182 da Lei Federal 6.015/73, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 daquela Lei?? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: São pré-analisados a fim de evitar prenotação parada e, assim que regularizados, são protocolizados imediatamente.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>2</b>	<p>É fornecida à parte documento comprobatório do protocolo dos títulos contendo seu número de ordem? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Assim que protocolizado, é emitido do recibo.</p>
<b>3</b>	<p>A escrituração do Livro nº 01 – Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 184 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Efetuado diariamente no sistema Tri7</p>
<b>4</b>	<p>Na escrituração do Livro n. 01 – Protocolo - tem-se observado o disposto no art. 175 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>5</b>	<p>São canceladas as prenotações, decorridos 20 (vinte) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no art. 205 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: conforme consta do modelo de protocolo apresentado.</p>
<b>6</b>	<p>Na escrituração do Livro n. 02 – Registro Geral - tem-se observado o disposto no art. 176 da Lei Federal n. 6.015/73? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>7</b>	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do “Livro nº 4 – Indicador Real” (art. 173, inciso IV, e art. 179 da Lei Federal 6.015/73) e do “Livro nº 5 – Indicador Pessoal” (art. 173, inciso V, e art. 180 da Lei Federal 6.015/73), os quais poderão ser substituídos pelo sistema de fichas? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: o indicador pessoal atende ao critério de pesquisa no sistema, todavia, o indicador real não consegue fazer buscas pelos endereços apresentados de forma célere e intuitiva. <b>DETERMINAÇÃO:</b> apresentar uma solução para a catalogação das matrículas de modo a permitir a busca de imóveis pelo endereço.</p>
<b>8</b>	<p>Os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Todos os livros foram transformados em fichas, já estando devidamente digitados e com upload de imagens para a ONR. No entanto, as fichas não foram impressas. Ainda, foi constatado que, como as fichas decorrentes dos transportes do livro não foram impressas, os fichários encontram-se vazios, o que deve ser objeto de acompanhamento por parte da Corregedoria, uma vez que ainda não é permitida a existência de fichas apenas virtuais. Por esta razão, a serventia deve ser mantida em correição até a solução desta situação. Prazo: 30 dias.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>9</b>	<p>Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no art. 290 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Nunca teve um caso.</p>
<b>10</b>	<p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no art. 18 da Lei Federal 6.766/79 e incorporações imobiliárias, cf art. 32 da Lei 4591/64?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Neste caso específico, foi encontrado, na matrícula 1387, um registro de loteamento onde já consta a especificação dos lotes com a referência às matrículas já abertas, no mesmo registro.</p>
<b>11</b>	<p>Em relação à pergunta anterior, no caso de não serem regularmente apresentados os documentos exigidos, o oficial fez o registro, ou suscitou dúvida na forma devida?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não ocorreu suscitação.</p>
<b>12</b>	<p>Para individualização e discriminação das unidades imobiliárias, é observado o disposto no art. 44 Lei 4.591/64?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>13</b>	<p>É encaminhada à Secretaria da Receita Federal a “Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI”, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/76 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentar a remessa do ano de 2023 e 2024 à Corregedoria</p>
<b>14</b>	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos de sua competência?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Pelo Código Tributário local, o pagamento do ITBI deve ocorrer ainda na lavratura da escritura, a despeito da decisão do Supremo Tribunal que garante o pagamento apenas no registro.</p>
<b>15</b>	<p>Definida nova circunscrição geográfica do imóvel matriculado, o oficial da nova circunscrição encaminha, por meio de ofício, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão da abertura da matrícula ao oficial da circunscrição anterior, a fim de que este proceda à respectiva averbação, acompanhado dos emolumentos e taxas devidos, cobrados do interessado na abertura da nova matrícula?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não possui esses casos.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>16</b>	<p>Na hipótese acima, o ofício e a respectiva certidão são arquivados em ambos os serviços registrais, sendo que o receptor arquiva os originais e o expedidor uma cópia? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não possui casos</p>
<b>17</b>	<p>São observadas as disposições dos arts. 878 do CN referentes às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros? ( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sem ocorrência</p>
<b>18</b>	<p>Todas as aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros são trimestralmente comunicadas ao INCRA e mensalmente à Corregedoria-Geral de Justiça? Conforme determina o art. O art. 879 do CNSNR/PA. Elas têm sido atualizadas no CNIB? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve casos ainda</p>
<b>19</b>	<p>A abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites tem observado as disposições do Provimento 149/2023-CNJ? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Há apenas uma terra indígena registrada, a pedido do INCRA, feita ainda por meio de transcrição. Infomou que tem informações de que o Incra está em fase de demarcação da “Terra Indígena Trocará”, para regularização da área da transcrição 361.</p>
<b>20</b>	<p>São atendidas as determinações do <b>Provimento nº 89/2019 (CNJ)</b> relativas ao Sistema de Registro Eletrônico de imóveis - SREI (, quanto as digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e carga das informações? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Todas as fichas já estão na ONR, sendo as novas já com o CNM.</p>
<b>21</b>	<p>As notas de exigências são apresentadas de forma clara, de uma única vez, com a indicação expressa da regra legal ou administrativa, ou princípio jurídico que o fundamenta, conforme exigido pelo Provimento 07/2022-CGJ? ( x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: raramente emite notas de exigencia, em razão de realizar uma pré-análise.</p>
<b>22</b>	<p>O procedimento de suscitação de dúvida obedece as determinações do art. 198 da Lei 6015/73? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sempre pelo PJE</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>23</b>	<p>São adotadas todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do art. 231, § 6º, da CF/88; art. 246, §§ 3º e 4º, e art. 250, IV, da Lei n.º 6.015/73, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas? (Meta 17 do CNJ)</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não contactou nenhuma área de sobreposição, mesmo porque a única terra indígena não está georeferenciada, no aguardo de posição do Incra.</p>
<b>24</b>	<p>O oficial apura e recolhe a cota de participação do FIC/SREI, efetuando o pagamento até o último dia de cada mês? (Provimento CNJ nº 115/2021)</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Comprovante apresentado em PDF</p>
<b>25</b>	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ e consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (CNJ, Prov. n. 39/2014)</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Consulta diariamente com baixa do arquivo.</p>
<b>26</b>	<p>O Cartório verifica diariamente a Central de Indisponibilidade de bens (CNIB)?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Consignar data do último acesso: 04.04.2023</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>27</b>	<p>A serventia extrajudicial cumpre o art. 8º do Provimento 39 do CNJ e verifica, pelo menos na abertura e uma hora antes do encerramento do expediente, se existe comunicação de indisponibilidade de bens para impressão ou importação (XML) para seu arquivo, visando o respectivo procedimento registral? (CNJ, Prov. n. 39/2014)</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: de manhã e de tarde.</p>
<b>28</b>	<p>O cartório mantém livro auxiliar atualizado para o cumprimento do disposto no artigo 10 da Lei nº 5.709/1971?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não possui atos praticados</p>
<b>29</b>	<p>O Oficial tem procedido às averbações de bloqueio e cancelamento determinadas pelos Provimentos nº 13/2006-CJCI e 02/2010-CJCI, bem como intimado o interessado para formalizar a requalificação de que trata o Provimento Conjunto nº 006/2023-CRMB/CJCI?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>30</b>	<p>O Oficial mantém registro em banco de dados próprio e no SIAE (instrução 02/2021-CGJ) das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas? (pedir para ver os controles)</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ao todo 16 (desesseis) estão todas dentro do SIAE e no relatório da Anoreg. Apresentar em PDF</p>
<b>31</b>	<p>O oficial está cumprindo as disposições do Provimento 08/2021-CGJ, que alterou a redação do art. 5º do Provimento Conjunto 08/2013-CJCI/CRMB e mantendo banco atualizado relacionando as matrículas abertas bloqueadas, desbloqueadas, canceladas e requalificadas com base nas disposições do referido ato normativo?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observação: Não havia casos.</p>
<b>32</b>	<p>Estão sendo praticados os respectivos atos eventualmente existentes na CNIB (ordens e cancelamentos), dentro do prazo disposto em lei?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>33</b>	<p>O Cartório acessar diariamente a Central de Registradores de Imóveis, no portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR), verificando todas as solicitações existentes: Pedidos de certidões, E-protocolo, pesquisa de bens, penhora online, intimações e ofícios?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>34</b>	<p>As solicitações recebidas pelo portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR) são atendidas/prenotadas no mesmo dia?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não havia pendências.</p>
<b>35</b>	<p>O Cartório está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas (Exportador de Imagens) para a ONR com seus atos devidamente atualizados?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Todas transportadas para a ONR</p>
<b>36</b>	<p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: É feita a mesma pergunta no relatório de tabelionato de notas.</p>
<b>37</b>	<p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados)?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Achado um matricula 1203, que estabelecia um área, em titulo oferecido pela prefeitura com apenas 108m<sup>2</sup></p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>38</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correção anterior? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
-----------	--

Observações/Recomendações equipe de Correção:

O Cartório do Único Ofício de Baião, com competência para todas as atribuições, tem como titular a Sra Katia Borges Lira, aprovada em concurso público e que se encontra á frente do serviço desde 12.02.2020.

A serventia funciona em prédio térreo, adequado às suas atividades, próximo ao fórum da comarca. Em relação à acessibilidade, a única observação a se fazer é em relação ao banheiro, que não possibilita o acesso de um cadeirante.

A serventia encontra-se totalmente informatizada. Não obstante, verificou-se sérias pendências no cumprimento das obrigações descritas no Provimento 74/CNJ, que dispõe os padrões mínimos de tecnologia das serventias extrajudiciais, especialmente tratando-se de serventia enquadrada na classe 3. Durante a realização dos trabalhos de correção, faltou energia no local, e como os equipamentos existentes não estão adequadas a uma serventia deste porte, funcionários da serventia tiveram seus trabalhos perdidos e usuários tiveram seus atendimentos interrompidos.

A escrituração de livros encontra-se, em regra, regular, com algumas pontuações feitas ao longo do relatório. A exceção reside no serviço de Registro de Imóveis, que conta com vários fichários abertos com folhas vazias, pendentes de impressão.

Como se extrai da leitura do relatório geral, comum a todas as atribuições, a administração do cartório possui pendências relevantes, de recolhimentos de verbas trabalhistas e repasses de valores ao Tribunal de Justiça. É urgente que essas situações sejam resolvidas, para evitar a adoção de medidas disciplinares cabíveis.

Feitas essas considerações faz-se as recomendações à serventia, a seguir discriminadas de acordo com os relatórios de onde foram extraídas e com a delimitação de prazo para cada uma.

**Em relação às situações identificadas no relatório geral, comum a todas as atribuições:**

**Item 9** – 1) providenciar alvará dos bombeiros e Prefeitura, ou apresentar justificativa; (2) adquirir outro extintor para a serventia. Prazo: 30 dias

**Item 11** – providenciar pleno acesso de cadeirantes ao banheiro. Prazo: 30 dias

**Item 12** – providenciar mais cadeiras de espera aos usuários. Prazo: 30 dias

**Item 29** – elaborar plano de ação para realizar a restauração de livros deteriorados. Prazo: 30 dias para encaminhar o plano que deve ter o prazo máximo de um ano de finalização.

**Item 36** - apresentar o saldo de depósito prévio apurado no período de 2023. Prazo: cinco dias



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**Item 40** – o valor cobrado para impressão de CPF, de R\$ 7,00, não é módico. Deve reavaliar e apresentar informações. Prazo: cinco dias

**Item 42** – deve observar as recomendações da Seplan sobre a utilização dos selos em sequência e, ainda, a restrição de uso quando houver quebra. Prazo: imediato.

**Item 46** – providenciar o envio do selo no sistema, logo após a prática do ato. Prazo: imediato.

**Item 54** – vez que não cabe parcelamento de recolhimento de taxas de FRC e FRJ, deve providenciar o pagamento do valor devido. Prazo: quinze dias para pagamento, devendo comprová-lo nos autos de correição logo que ele for feito.

**Item 55** - apresentar justificativa sobre a certidão positiva de débitos relativos aos tributos municipais. Prazo: cinco dias.

**Item 57** - efetuar a regularização trabalhista e previdenciária de todos os funcionários da serventia imediatamente, com o efetivo recolhimento das parcelas previdenciárias, apresentando comprovação para a Corregedoria. Prazo: imediato, com cinco dias para fazer a comprovação

**Item 58** – apresentar justificativa sobre a certidão positiva de débitos trabalhistas. Prazo: cinco dias.

**Item 60** - apresentar justificativa sobre a certidão positiva de débitos relativos aos tributos federais. Prazo: cinco dias.

**Item 64** - providenciar a comunicação à Corregedoria de Justiça sobre as comunicações do COAF, havendo ou não operação no período apurado. Prazo: imediato.

**Item 70 – Provimento 74** – (1) criar sistema de nobreak eficiente e servidor de alta disponibilidade, que garanta tempo de serviço aos funcionários e usuários em caso de oscilação de energia, como a verificada na correição; (2) Isolar o servidor de informática em ambiente de acesso restrito; (3) Contratar serviço de técnico de informática que preste



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

serviço a serventia com regularidade; (4) Providenciar contratação de programa de firewall; (5) providenciar proxy. Prazo: 15 dias para regularização.

**Item 71** – estabelecer fluxo de coleta de dados pessoais. Prazo: imediato, devendo encaminhar à Corregedoria o fluxo estabelecido em 15 dias

**Item 72** - providenciar exposição da política de dados. Prazo: imediato

**Item 73** - providenciar a divulgação do contato da encarregada de proteção de dados pessoais. Prazo: imediato

**Item 74** – disponibilizar ao público, na serventia e meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato. Prazo: imediato

**Em relação às situações identificadas no relatório de RCPN**

**Item 2** – regularizar os diversos erros de escrituração nos livros identificados pela equipe. Prazo: 15 dias.

**Item 4** – identificar todas as averbações pendentes e regularizá-las. Prazo: 15 dias.

**Item 23** – informar sobre andamento do cronograma de digitalização do acervo. Prazo: 60 dias para informar

**Em relação às situações identificadas no relatório de Tabelionato de Notas :**

**Item 1** – rubricar as folhas dos livros e inutilizar os versos das folhas em branco. Prazo: 15 dias

**Item 11** – apresentar cronograma de integração do acervo anterior a 2022, no Censec. Prazo: 30 dias para apresentar cronograma que deve ser cumprido em prazo não superior a um ano

**Item 12** – proceder a abertura de cartões de autografo antes da lavratura de atos translativos de direitos. Prazo: imediato.

**Em relação às situações identificadas no relatório de Tabelionato de Protestos:**

**Item 12** – manter atualizada a coluna anotações do livro de apontamento. Prazo: imediato

**Em relação às situações identificadas no relatório de RTD/PJ:**

**Item 3** – regularizar a escrituração dos livros, fazendo constar as folhas relativas a todos os dias. Prazo: 15 dias

**Item 8** – providenciar no livro de anotações, o preenchimento do campo de entrega dos



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

registros ou notificação. Prazo: imediato

**Item 19** – apresentar cronograma de integração a Rede Sim. Prazo: 15 dias para apresentar cronograma

**Em relação às situações identificadas no relatório de Registro de Imóveis:**

**Item 7** – apresentar solução de pesquisa de indicador real, pelos endereços dos imóveis. Prazo: 15 dias .

**Item 8** – providenciar a impressão de fichas de imóveis relativas ao livro 2, para catalogação nos respectivos fichários que já estão abertos. Prazo: 30 dias para finalização.

**Item 13** - apresentar a remessa das Declarações sobre Operações Imobiliárias – DOI do ano de 2023 e 2024. Prazo: 15 dias.

**Item 30** – encaminhar relatório de matrículas com averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas. Prazo: 15 dias.

Submeta-se ao conhecimento do Desembargador Corregedor de Justiça.

Cumpra-se.

Belém, data registrada em sistema

**LUCIO BARRETO**  
**GUERREIRO:8176**

Assinado de forma digital por  
LUCIO BARRETO  
GUERREIRO:8176  
Dados: 2024.04.22 14:37:07  
-03'00'

**Lucio Barreto Guerreiro**

Juiz Corregedor

**Paola Watrin Pimenta Menescal**

Analista Judiciário